

ANC P1

Juros de 12% são com lei complementar

GAZETA MERCANTIL
-9 SET 1988

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

A limitação dos juros reais em 12% ao ano voltou a ser um inciso do artigo que trata do sistema financeiro, no texto da futura Constituição. A alteração, feita pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), exige que o Congresso Nacional aprove uma lei complementar, para que a medida seja aplicada.

A necessidade de lei complementar para a regulamentação do dispositivo foi anunciada ontem pelo próprio Cabral e pelos relatores-adjuntos, ao concluírem a análise de todo o texto aprovado pela Constituinte, relata a repórter Adriana Vera e Silva.

No Palácio do Planalto, o consultor-geral da República, Saulo Ramos, informou que fará um parecer dizendo que, até a elaboração da lei, prevalecerão as atuais regras de mercado para a cobrança de juros. Aprovado pelo presidente Sarney, o parecer transforma-se em norma interna, sendo adotado pelas instituições financeiras oficiais, acrescentou Saulo.

A alteração no dispositivo que trata da limitação dos juros precisa ainda ser aprovada pela comissão de redação, que se reúne na próxima semana. O consultor-geral da República disse que fará seu parecer apenas depois da aprovação da redação final do texto constitucional. Além de uma lei complementar para regulamentar o dispositivo, Saulo Ramos disse que será preciso também a elaboração de uma lei ordinária, de caráter penal, para punir quem cobrar juros reais acima de 12%. "Não se pode aplicar o limite antes de se aprovar a lei", acrescentou.

Como lembraram os relatores-adjuntos José Fogaça (PMDB-RS) e Adolfo Oliveira (PL-RJ), a emen-



Saulo Ramos

da do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) previa a inclusão do limite dos juros mediante um inciso ao artigo do sistema financeiro, que será regulamentado por lei complementar. "Não tomamos uma decisão nos sobrepondo ao plenário, nós seguimos o plenário", afirmou o deputado Bernardo Cabral.

(Ver página 22)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deverá emprestar US\$ 1 bilhão ao Brasil até 1989. A informação é do presidente da instituição, Enrique Iglesias, que ontem manteve contato com o presidente José Sarney.

(Ver página 23)